



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI DEPARTAMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

1 O SENAI E SUAS ATIVIDADES

a) Estrutura jurídica e objetivos

O Departamento Regional do Rio Grande do Sul, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI fundamenta-se como órgão administrativo com jurisdição neste mesmo Estado, subordinado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, entidade de direito privado, administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942, tendo por objetivos, conforme Regimento aprovado pelo Decreto n.º 494, de 10 de janeiro de 1962:

- Realizar a aprendizagem industrial;
- Assistir aos empregados na execução de programas de aperfeiçoamento de pessoal;
- Proporcionar aos trabalhadores maiores de 18 anos a formação profissional, através de cursos de curta duração;
- Conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento;
- Cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria.

O SENAI, em face dos seus objetivos sociais, é imune a impostos federais, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, art. 150, inciso VI, alínea “c”.

b) Fontes de recursos

Os recursos orçamentários do SENAI são originados de parcelas da contribuição compulsória das empresas industriais recolhidas à Receita Federal do Brasil - RFB e das parcelas da mesma contribuição arrecadadas diretamente pelo Departamento Regional por intermédio de um Termo de Cooperação Técnica e Financeira, bem como da prestação de serviços às comunidades onde atua, especialmente na sua formação educacional e tecnológica.

Dos recursos compulsórios totais são descontados 15% para a manutenção do Departamento Nacional e da contribuição arrecadada diretamente, mais 3,5% em favor da empresa contribuinte, com a finalidade de aplicação direta em aperfeiçoamento de seus funcionários, mediante comprovação.

A parcela de 15% (quinze por cento) do valor da contribuição destinada ao Departamento Nacional não integra a receita orçamentária do Departamento Regional.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas emanadas do Departamento Nacional - DN, Tribunal de Contas da União e Secretaria Federal de Controle Interno, e Resolução CFC 1133/08 que aprovou a NBC T 16.6, e pela Resolução CFC 1437/13, tendo sido aprovadas pela diretoria em 30 de janeiro de 2019. A seguir seguem as demonstrações e comparativos elaborados:

- a) **Balço Patrimonial:** destina-se a demonstrar as contas que compõem o Ativo Circulante, o Ativo Não Circulante e as do Passivo Circulante, do Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido, além de grupos intermediários de contas pendentes e transitórias;
- b) **Balço Orçamentário:** Evidencia o confronto entre os valores previstos e realizados dos elementos de receitas e despesas, suas variações e o resultado apurado;
- c) **Balço Financeiro:** para demonstrar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos disponíveis que se transferem de um para outro exercício;
- d) **Demonstração das Variações Patrimoniais:** evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício;
- e) **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Evidencia a geração de caixa ocorrida no período e as variações dos elementos de Ativo e Passivo;
- f) **Notas Explicativas:** São informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis;
- g) **Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada:** demonstra as receitas orçadas, as receitas arrecadadas e as diferenças entre ambas;
- h) **Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada:** demonstra as despesas autorizadas, as despesas realizadas e as diferenças entre ambas.

Na nota 22 estão apresentados nos itens “g” e “h” referidos acima.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Reconhecimento das Receitas e Despesas Orçamentárias:** É adotado o regime de competência para o reconhecimento das receitas oriundas da prestação de serviços educacionais bem como para as demais receitas, despesas e custos. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização;
- b) **Contribuição Compulsória:** os créditos da arrecadação compulsória em atraso e parcelados estão reconhecidos em conta de resultado, com o fim de apresentação do montante a receber nas demonstrações contábeis. Os créditos em juízo e ainda não parcelados foram provisionados no ativo circulante e receberam um débito de igual valor a título de provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- c) **Aplicações financeiras:** São mantidos por exigência Legal (art 54 do Regimento aprovado pelo Decreto 494 de 10/01/1962), exclusivamente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal e incluem os rendimentos incorridos da data da aplicação até à do encerramento do exercício;
- d) **Investimentos:** São avaliados pelo custo de aquisição e no caso do fundo de reserva patrimonial do condomínio do qual é condômino, pelo valor residual proporcional a sua participação;
- e) **Imobilizado:** os bens do imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção, mais o valor de reavaliação espontânea realizada em exercício passado; as depreciações são calculadas às taxas referidas na nota 10, estabelecidas em função do prazo de vida útil estimado desses bens;



- f) **Uso de Estimativa:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa, avaliação das vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração.

4 CLIENTES

Corresponde a valores a receber de alunos, pela prestação de serviços educacionais e tecnológicos bem como créditos de arrecadação direta em atraso e parcelados, líquidos da provisão abaixo.

A Entidade mantém ativa a cobrança sobre todos os clientes devedores e provisão para devedores com títulos vencidos a mais de 180 dias no montante de R\$ 6.077.796,07 (R\$ 5.452.764,62 em 2017).

5 ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

Refere-se a adiantamentos de férias concedidos a empregados que estavam em gozo na data de encerramento do exercício complementado de valores adiantados para a execução de despesas quando em viagens a serviço da organização.

6 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

São gastos oriundos de processos de importações de máquinas e de equipamentos diversos, cujo desembaraço ocorrerá somente no exercício seguinte.

7 DEPARTAMENTOS CONTA MOVIMENTO

São valores devidos por outros departamentos regionais ao SENAI RS por valores gastos em seus nomes, juntamente com o montante devido pelo Departamento Nacional do SENAI ao DR/RS referente a contribuição compulsória arrecadada indiretamente por eles em dezembro, deduzida dos 15% dos valores arrecadados diretamente pelo SENAI/RS no mês de novembro.

8 SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

Se refere ao montante devido pelo CONDOMÍNIO ao SENAI relativo ao resultado do último trimestre do exercício 2018, valores adiantados ao CIERGS para fazer frente aos custos operacionais das áreas compartilhadas do mês de Janeiro/19 e montante devido pelo IEL referente a prestação de contas dos repasses efetuados no exercício.

9 ESTOQUE DE MATERIAIS E PRODUTOS

Refere-se a estoques de materiais didáticos (livros) para atendimento a demanda futura dos cursos ministrados pela entidade, juntamente com valores pagos adiantadamente em processos de importações de máquinas e equipamentos.

10 VALORES A APROPRIAR

Corresponde a valores gastos antecipadamente por conta de projetos que serão ressarcidos por entidades terceiras, bem como valores pagos ao Condomínio do Complexo Administrativo do Sistema FIERGS à título de Fundo de Reserva e que ainda não tiveram destinação específica.

11 CLIENTES (Longo Prazo)

São créditos de parcelamento de arrecadação direta, cujos vencimentos excedem a data de 31/12/2019.

12 DEPÓSITOS PARA RECURSOS JUDICIAIS

Referem-se a processos decorrentes da Justiça do Trabalho.

13 INVESTIMENTOS

Corresponde à participação do SENAI no fundo de reserva patrimonial composto pelo patrimônio do Condomínio do Complexo Administrativo do Sistema FIERGS, do qual é condômino.

14 IMOBILIZADO

As contas, saldos e taxas de depreciação do imobilizado estão demonstradas a seguir:

Contas	Taxas	Vida útil	RS / 2017	RS / Aquisições	RS / Baixas	Transf / Doações	RS / 2018
Bens Imóveis							
Terrenos	-		12.740.501,70				12.740.501,70
Prédios	0,02	50	150.679.436,12	582.847,32			151.262.283,44
Construções em	-		170.429,68	2.759.171,96		(100.429,68)	2.829.171,96
Instalações	0,02	50	16.920.462,85	1.626.654,04		106.958,75	18.654.075,64
Benf. em Imóveis de	0,02	50	36.850.213,46			(6.529,07)	36.843.684,39
Total			217.361.043,81	4.968.673,32	-	-	222.329.717,13
(-) Depreciação Acumulada			29.775.412,48	4.106.035,82			33.881.448,30
Total			187.585.631,33	862.637,50	-	-	188.448.268,83
Bens Móveis							
Equip. Máquinas e	0,10	10	177.624.958,88	9.934.270,27	2.665.106,80	28.452,76	184.922.575,11
Veículos	0,20	5 anos	20.481.265,91	575.850,00	97.465,31	41.758,81	21.001.409,41
Equip. de Informática	0,20	5 anos	29.748.610,46	5.780.868,98	1.957.230,16	26.548,50	33.598.797,78
Mobiliário em Geral	0,10	10anos	11.955.417,13	601.470,82	435.608,29	5.458,63	12.126.738,29
Equip. de Comunicação	0,10	10anos	64.065,28				64.065,28
Outros bens móveis	0,10	10anos	2.377.482,21	54.500,00	372.466,29	131,23	2.059.647,15
Total			242.251.799,87	16.946.960,07	5.527.876,85	102.349,93	253.773.233,02
(-) Depreciação Acumulada			141.509.874,34	23.053.250,41	5.060.317,55	37.419,69	159.540.226,89
Total			100.741.925,53	(6.106.290,34)	467.559,30	64.930,24	94.233.006,13
Intangíveis							
Marcas e Patentes			4.500,00				4.500,00
Direito de Uso de Telefones	-		120.777,25		120.777,25	-	-
Direito de Uso de	-		1.933.683,28			-	1.933.683,28
Total			2.058.960,53	-	120.777,25	-	1.938.183,28
(-) Amortização Acumulada							
Total			2.058.960,53	-	120.777,25	-	1.938.183,28
Total Geral			290.386.517,39	(5.243.652,84)	588.336,55	64.930,24	284.619.458,24
Total depreciação				27.159.286,23	5.060.317,55		
Total sem depreciação				21.915.633,39	5.648.654,10	64.930,24	

- Os bens da entidade são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil do bem;
- A utilização destas taxas obedece a Resolução do Conselho do SENAI, que determina a aplicação destas taxas a todos os Departamentos Regionais do SENAI;



- c) Não houve mudanças nas estimativas em relação a valores residuais, vida útil econômica, métodos e taxas utilizadas.

Redução ao valor recuperável

Em atendimento a lei 6404/76, alterada pela lei 11638/04, a NBC TG 01, ao ITG 2002 e a NBC TG 1000 no que se refere a **redução ao valor recuperável de ativos**, entende-se que a entidade deve efetuar periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Considerando a ITG 2002 como regramento base para o SESI, verificamos no seu parágrafo 20, abaixo, a seguinte orientação:

20. Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável.

A Seção 27 da NBC TG 1000, transcrita abaixo, orienta da seguinte forma:

Outros ativos, exceto estoques.

Princípios gerais

27.5 Se, e apenas se, o valor recuperável do ativo for menor que seu valor contábil, a entidade deve reduzir o valor contábil do ativo para seu valor recuperável. Essa redução é uma perda por desvalorização. Os itens 27.11 a 27.20 fornecem orientações sobre a mensuração do valor recuperável.

Indicadores de desvalorização

27.7 A entidade deve avaliar em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado. Se tal indicação existir, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Se não existir indicação de desvalorização, não é necessário estimar o valor recuperável.

27.9 Ao avaliar se existe qualquer indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(a) Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu sensivelmente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.

(b) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.

(c) As taxas de juros de mercado ou as outras taxas de retorno de mercado sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetam materialmente a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de ativo e diminuem o valor justo menos as despesas para vender o ativo.

(d) O valor contábil dos ativos líquidos da entidade é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo (tal estimativa pode ter sido feita, por exemplo, em relação ao potencial de venda de parte ou de toda a entidade).

Fontes internas de informação

(e) Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de ativo.

(f) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram no futuro próximo, na medida ou na maneira em que um ativo é utilizado ou espera-se que seja utilizado. Essas mudanças incluem: o ativo tornar-se inativo, planos para descontinuar ou reestruturar a operação na qual o ativo pertence, planos para alienar o ativo antes da data previamente esperada e revisão da vida útil do ativo como definida ao invés de indefinida.

(g) Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de ativo é, ou será pior, que o esperado. Nesse contexto, o desempenho econômico inclui os resultados operacionais e os fluxos de caixa.

27.10 Se existir indicação de que um ativo pode ter sofrido desvalorização, isso pode indicar que a entidade deveria revisar a vida útil remanescente, o método de depreciação (amortização) ou o valor residual do ativo e ajustá-lo de acordo com a seção desta Norma que seja aplicável ao ativo (por exemplo, a Seção 17 – Ativo Imobilizado e a Seção 18 – Ativo Intangível Exceto Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill)), mesmo que nenhuma perda por desvalorização seja reconhecida para o ativo.

Visando atender as normas acima, procedemos análise dos ativos da entidade a fim de identificar indicadores de desvalorização apontados por fontes internas e externas de informação, como segue:

Ativos

Relaciona-se na tabela abaixo as contas do ativo permanente, que foram objeto da nossa análise:

	Valor Bruto Contábil	Deprec/Amortiz. Acumulada	Valor Líquido Contábil
Prédios	151.262.283,44	28.736.424,24	122.525.859,20
Instalações	18.654.075,64	3.255.020,38	15.399.055,26
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	36.843.684,39	1.890.003,68	34.953.680,71
Mobiliário em geral	12.126.738,29	7.867.181,47	4.259.556,82
Veículos	21.001.409,41	15.558.197,12	5.443.212,29
Máquinas e equipamentos	184.922.575,11	112.267.027,75	72.655.547,36
Equipamentos de Informática	33.598.797,78	21.803.722,85	11.795.074,93
Equipamentos de comunicação	64.065,28	57.321,51	6.743,77
Outros bens móveis	2.059.647,15	1.986.776,19	72.870,96
Total	460.533.276,49	193.421.675,19	267.111.601,30

Resultado das Análises

- A maioria dos ativos analisados são compostos por diversos itens de valores residuais baixos, (mobiliários, veículos, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e outros), desta forma focamos nossa análise nas contas de prédios, máquinas e equipamentos, e equipamentos de informática, cujos saldos são mais relevantes e nos principais itens que as compõem.



- Identificamos na conta que registra o saldo de prédios, que em função das constantes obras de reformas, ampliações e adaptações para acessibilidade, PPCI e licenciamento ambiental, ocorridas nos últimos anos, os valores residuais foram atualizados e não houve outros fatores que pudessem diminuir sensivelmente o valor destes ativos. Em todas as avaliações de mercado feitas ao longo do ano, por empresas especializadas, os valores de mercado superaram os valores residuais.
- Nas contas que registram o saldo de máquinas e equipamentos, e de equipamentos de informática, verificamos que por estarem mais de 50% depreciados, os bens não possuem saldo residual superior ao valor de mercado.
- Não identificamos situações de obsolescência ou dano físico nos ativos, nem tampouco redução do valor de mercado mais do que o esperado pelo uso, principalmente porque a entidade adota política de efetuar inventários anuais de 100% dos bens e de dar baixas em todos os itens em desuso e danificados para entidades assistenciais.
- Os ativos registrados encontram-se em pleno funcionamento/utilização atendendo as funções a que se destinam dentro das operações normais da Entidade.
- Não identificamos mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal em que a entidade atua ou utiliza o ativo.
- Não ocorreram mudanças significativas na forma como os ativos são utilizados. Ativos inativos são baixados, leiloados ou destinados.
- Não se identificou quaisquer evidências de que os ativos em questão sofreram redução de seu desempenho econômico.
- Nenhuma mudança significativa nas taxas de juros do mercado foram identificadas.
- O valor contábil dos ativos líquidos, não é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo, haja vista que a mesma gere receitas anuais em montantes iguais ou superiores ao valor de seus ativos.
- O resultado da Entidade demonstra que o investimento nos ativos analisados estão sendo recuperados, pois verificamos a ocorrência de superávit no presente exercício; Vide as suas demonstrações contábeis.
- A entidade possui regras estabelecidas para todas as etapas da gestão patrimonial (aquisições, baixas, transferências e inventários), inclusive de substituição do parque de TI.

Relação dos Ativos

No sistema de controle patrimonial da entidade encontra-se a listagem dos principais itens que compõem os ativos objeto da análise, com todas as informações necessárias para a análise.

Fontes

Para fins da análise obtivemos as informações das fontes:

- Reuniões internas;
- Relatórios de inventários realizados;

- Processos de baixa apresentados aos conselheiros;
- Atas das reuniões do Conselho Regional;
- Relatório analítico do Sistema de Controle Patrimonial;
- Relação dos valores investidos nos últimos anos;
- Política de investimentos;
- Balanço Patrimonial;
- Consultas na Internet.

Conclusão

Pelas análises efetuadas não apuramos indícios de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, de forma que a sua vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização ou valor residual para o ativo necessitem ser revisados e ajustados.

15 PROVISÕES

A Entidade mantém provisões suficientes para o pagamento de férias, contingências trabalhistas e cíveis como segue:

DESCRIÇÃO	CURTO PRAZO		LONGO PRAZO	
	2018	2017	2018	2017
Provisões para Contingências Trabalhistas	446.353,85	1.577.634,21	10.905.967,49	20.736.331,79
Provisão para Férias	9.729.038,23	10.057.155,36	0,00	0,00
Provisão para Contingências Judiciais Cíveis	147.998,62	4.278.530,15	371.048,93	435.009,01
Total	10.323.390,70	15.913.319,72	11.277.016,42	21.171.340,80

a) Provisão para contingências trabalhistas

Os processos trabalhistas em dezembro de 2018 foram analisados, estimados e classificados individualmente pelos advogados internos da Unidade Jurídica e, baseada na opinião da provável perda dos processos documentada pelos advogados, a administração efetuou a sua provisão integral, cujo montante de R\$ 446.353,85 á curto prazo e R\$ 10.905.967,49 no longo prazo, (R\$ 1.577.634,21 á curto prazo e R\$ 20.736.331,790 á longo prazo em 2017) foi julgado suficiente para cobrir essas perdas. Quanto à exposição aos riscos dos processos classificados como de perda possível pelos advogados, no montante de R\$ 13.402.720,31 (R\$23.269.110,30 em 2017), em atendimento às práticas contábeis a administração realiza apenas a sua divulgação. Os montantes acima, quando aplicável, estão amparados por depósitos judiciais, conforme mencionado nas Notas 12 e 24.

Além das contingências trabalhistas, o SENAI figura como réu em outros processos judiciais de natureza diversa. Segundo os consultores legais, quanto às possibilidades de perda, em sua opinião, são prováveis os montantes de R\$ 147.998,62 á curto prazo e R\$ 371.048,93 á longo prazo (R\$ 4.278.530,15 a curto e R\$ 435.009,01 a longo prazos em 2017) cuja provisão integral foi efetuada.

b) Provisão para férias e encargos sobre férias

Os valores são apurados sobre o tempo vencido de acordo com o período aquisitivo de cada funcionário.



16 DEPARTAMENTOS CONTA MOVIMENTO

Se refere a 15% do valor da contribuição compulsória arrecadado diretamente das indústrias no mês de dezembro, inclusive 13º salário, devido do DN por força de seu regimento.

17 CONVÊNIOS E ACORDOS

São valores recebidos de terceiros para a execução de ações em projetos específicos que ocorrerão em exercícios subsequentes. São eles:

DESCRIÇÃO	2018	2017
PRONATEC	0,00	3.070.899,75
PROJETO MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES	1.656.228,97	0,00
PROJ IEL/SENAI/FINEP GEJORS	274.078,47	596.363,69
PROJETO EMBRAPII	1.556.624,41	1.372.930,41
EDITAL INOVAÇÃO ISI EM METALMECÂNICA	420.040,98	412.612,80
EDITAL INOVAÇÃO IST EM PETROLEO, GAS E ENERGIA	174.045,40	542.526,70
PROJETO PETROBRAS	438.543,60	473.687,39
OUTROS	216.319,67	424.155,71
TOTAL	4.735.881,50	6.893.176,45

18 SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

São valores devidos às entidades do Sistema FIERGS por operações internas como os repasses estatutários e de convênios operacionais firmados entre elas:

	2018	2017
SESI	363.760,51	426.136,23
FIERGS	294.567,08	190.530,61
CONDOMÍNIO	0,00	82.528,80
TOTAL	658.327,59	699.195,64

19 CONTAS CORRENTES PASSIVAS

São parcelas de contratos educacionais emitidos até a data de 31/12/2018 com vencimentos passados e não liquidados, e vencimentos futuros cujos serviços ainda serão prestados.

20 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONTRATADOS

Refere-se a integralidade dos recursos recebidos do BNDES a título de empréstimo, intermediados pelo Departamento Nacional do SENAI, cujo objeto é o de executar obras de ampliação e modernização de unidades do SENAI, transformando-as em Institutos SENAI de Tecnologia e Institutos SENAI de Inovação, como parte do programa SENAI para a competitividade industrial. Sobre o principal incidirá juros de 1,4% ao ano + TJLP. A liquidação



se dará em 144 parcelas mensais e sucessivas com carência de 36 meses a partir do recebimento de cada repasse.

O Contrato está coberto por garantias de direitos creditórios sobre as receitas do SENAI estabelecido em “contrato de cessão fiduciária” firmado entre as partes.

A resolução DN 515/2011 instituiu uma parceria entre DN e DRs para a liquidação dos empréstimos recebidos, onde o DR/RS se compromete com a parcela de 49% enquanto que o DN fica com 51% do total da dívida.

Em 2015, o registro contábil das operações, demonstravam no passivo o saldo das parcelas devidas pelo DR (49%) referente aos recursos já utilizados bem como a integralidade dos valores recebidos e ainda não gastos.

Para 2016, o DN do SENAI propôs uma alteração no tratamento contábil, fazendo com que o passivo passasse a demonstrar o montante do valor devido ao BNDES (100%) independente do acordo existente entre DN e DR.

O ajuste de reconstituição do saldo ocorreu em 31/12/2016 usando como contrapartida as despesas extra-orçamentárias.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo patrimonial

Demonstra-se, no quadro abaixo, a evolução do saldo patrimonial da entidade:

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Saldo no início do exercício	208.391.599,81	216.514.142,62
Superávit/(Déficit) do exercício	24.166.247,20	(8.122.542,81)
Saldo no fim do exercício	232.557.847,01	208.391.599,81

22 ORÇAMENTO E EXECUÇÃO

O orçamento e a execução orçamentária do SENAI apresentam-se com as seguintes discriminações e números:

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
RECEITA ORÇADA	262.348.294,50	235.775.752,05
RECEITA ARRECADADA	260.116.464,91	241.006.549,12
INSUFICIENCIA DE ARRECAÇÃO	(2.231.829,59)	5.230.797,07
DESPESA AUTORIZADA	262.348.294,50	235.775.752,05
DESPESA REALIZADA	256.925.665,29	238.888.646,59
EXCEDENTE DE REALIZAÇÃO	(5.422.629,21)	3.112.894,54
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	3.190.799,62	2.117.902,53

23 RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado final do exercício está representado da seguinte forma:

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		
Receitas Orçamentárias	260.116.464,91	241.006.549,12
Despesas Orçamentárias	256.925.665,29	238.888.646,59
Total	3.190.799,62	2.117.902,53
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
Receitas Extra-orçamentárias	34.790.461,75	20.711.554,74
Despesas Extra-orçamentárias	4.387.005,79	18.302.348,67
Total	30.403.455,96	2.409.206,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
Variações Ativas	27.554.278,75	24.010.003,83
Variações Passivas	36.982.287,13	36.659.655,24
Total	(9.428.008,38)	(12.649.651,41)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	24.166.247,20	(8.122.542,81)

24 BENS EM GARANTIA

Estão gravados como garantia judicial de reclamationes trabalhistas, bens da entidade com valor residual de R\$ 3.386.269,91 (3.424.030,41 em 2017).

25 SEGUROS

A administração mantém seguros dos bens patrimoniais das entidades em montantes e modalidades considerados suficientes para a cobertura de eventuais danos e prejuízos, inclusive no que tange à continuidade normal de suas operações e atividades.

26 GRATUIDADE

Em atendimento ao art.º 10 § 2 do Regimento do SENAI, o Departamento Regional do Rio Grande do Sul, destinou em 2018 R\$ 124.258.718,50 (R\$ 114.001.470,73 em 2017), para vagas gratuitas, o que corresponde a 74,94% (73,52% em 2017) da receita líquida de contribuição geral.



DESCRIPTIVO	R\$
Receita de Contribuição Geral (Direta, Indireta, Auxílio Mínimo e Auxílio Especial)	179.256.164,97
Receita Líquida da Contribuição Geral	165.811.952,60
Recursos aplicados à Gratuidade	124.258.718,50
% Receita Líquida destinada à Gratuidade	74,94%

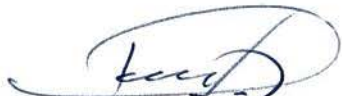
A apuração está de acordo com a metodologia própria do SENAI, que considera a realização orçamentária (Despesas Correntes e de Capital) e a oferta de vagas gratuitas.

27 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Entidade, como patrocinadora, mantém planos de aposentadoria complementar para seus empregados e dirigentes, nas modalidades de benefício definidas pela SOCIEDADE CIVIL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DO RIO GRANDE DO SUL - INDUSPREVI. As seguintes informações estão apresentadas nos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial dos planos de benefício preparados por especialistas:

- As provisões matemáticas mais o superávit técnico acumulado totalizam R\$ 195.138.146,23 (R\$ 182.713.098,59 em 2017);
- Os planos estão integralmente cobertos por provisões matemáticas que montam R\$ 184.030.325,47 (R\$ 177.584.286,86 em 2017);
- Os benefícios concedidos foram de R\$ 117.445.131,66 (R\$ 111.784.493,86 em 2017), e os a conceder são de R\$ 66.585.193,81 (R\$ 65.799.793,00 em 2017);
- A contribuição da entidade ao plano montou em R\$ 3.661.227,81 (R\$ 3.773.397,30 em 2017).

A caracterização dos recursos garantidores das provisões matemáticas constituídas é representada por: investimentos de renda fixa e investimentos de renda variável, estando a aplicação das reservas técnicas de acordo com a legislação vigente.


JAIRÓ ADRIANI DA COSTA
Contador CRC/RS - 041626/O-8


CARLOS ARTUR TREIN
Diretor Regional